

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

DMPL - 09/02/2009 à 31/12/2009	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva - Sem Ressalva	52
---	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	2.055.980	1.748.960	1.450.146
1.01	Ativo Circulante	140.804	53.137	31.464
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	111.742	20.311	8.183
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	7.230	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	7.230	0
1.01.03	Contas a Receber	20.107	21.345	15.206
1.01.03.01	Clientes	20.107	21.345	15.206
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.469	624	241
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.469	624	241
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.968	1.916	7.135
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.518	1.711	699
1.02	Ativo Não Circulante	1.915.176	1.695.823	1.418.682
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	79.723	1.829	1.042
1.02.01.03	Contas a Receber	1.997	0	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	77.726	1.829	1.042
1.02.03	Imobilizado	931	906	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	931	906	0
1.02.04	Intangível	1.834.522	1.693.088	1.417.640
1.02.04.01	Intangíveis	1.834.522	1.693.088	1.417.640
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.239.730	1.259.329	1.303.807
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	594.792	433.759	113.833

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	2.055.980	1.748.960	1.450.146
2.01	Passivo Circulante	178.256	70.373	1.351.483
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.485	3.337	1.143
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.762	1.138	390
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.723	2.199	753
2.01.02	Fornecedores	18.274	27.006	37.479
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.274	27.006	37.479
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.090	7.549	3.430
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.913	2.140	1.264
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.177	5.409	2.166
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	147.781	30.630	690.340
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.807	5.773	690.340
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	17.807	5.773	690.340
2.01.04.02	Debêntures	129.974	24.857	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.626	1.315	619.091
2.01.05.02	Outros	1.626	1.315	619.091
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	1.165	976	618.975
2.01.05.02.05	Outros passivos	461	339	116
2.01.06	Provisões	0	536	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	536	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	536	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.428.583	1.327.871	270
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.404.568	1.326.230	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	246.954	197.983	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	246.954	197.983	0
2.02.01.02	Debêntures	1.157.614	1.128.247	0
2.02.03	Tributos Diferidos	22.791	941	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.791	941	0
2.02.04	Provisões	1.224	700	270

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.04.02	Outras Provisões	1.224	700	270
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial (ICPC 01)	1.224	700	270
2.03	Patrimônio Líquido	449.141	350.716	98.393
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	526.799	198.619
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-107.658	-176.083	-100.226

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 09/02/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	551.992	663.434	235.027
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-283.186	-491.564	-219.070
3.03	Resultado Bruto	268.806	171.870	15.957
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42.929	-28.171	-11.879
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42.929	-28.171	-11.879
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-40.892	-25.384	-11.875
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-2.067	-2.510	0
3.04.02.03	Outras receitas, líquidas	30	-277	-4
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	225.877	143.699	4.078
3.06	Resultado Financeiro	-211.499	-219.402	-105.346
3.06.01	Receitas Financeiras	7.111	3.449	1.140
3.06.01.01	Receitas financeiras	7.111	3.449	1.140
3.06.02	Despesas Financeiras	-218.610	-222.851	-106.486
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.378	-75.703	-101.268
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	54.047	-154	1.042
3.08.02	Diferido	54.047	-154	1.042
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.425	-75.857	-100.226
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	68.425	-75.857	-100.226
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 09/02/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.058	-260.167	-95.820
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	258.207	221.853	26.204
6.01.01.01	Prejuízo do período antes do IR e CS	14.378	-75.703	-101.268
6.01.01.02	Depreciação e amortização	27.016	62.998	36.127
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	523	430	270
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	216.290	234.128	91.075
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.707	-12.947	18.887
6.01.02.01	Aplicação financeira	7.230	-7.230	0
6.01.02.02	Contas a receber	1.238	-6.139	-15.206
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-845	-384	-241
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-1.052	5.219	-7.135
6.01.02.05	Outros ativos	-4.805	-1.012	-699
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	2.618	2.730	1.143
6.01.02.07	Fornecedores	-8.477	-10.473	37.479
6.01.02.08	Tributos a pagar	-3.465	4.119	3.430
6.01.02.09	Outros passivos	-149	223	116
6.01.03	Outros	-249.442	-469.073	-140.911
6.01.03.01	Receita de construção civil	-168.100	-338.267	-116.529
6.01.03.02	Juros pagos - BNDES	-20.022	-2.194	0
6.01.03.03	Juros pagos - Empréstimo ponte	0	-128.412	-24.382
6.01.03.04	Juros pagos - Mútuo	0	-200	0
6.01.03.05	Juros pagos - Debentures	-61.320	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-374	-641.634	-749.992
6.02.01	Adições ao intangível - Outorga	-130	-640.659	-749.992
6.02.02	Aquisições de imobilizado	-244	-975	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	90.747	913.929	853.995
6.03.01	Pagamento de empréstimo	-2.675	-923.437	-250.000
6.03.02	Obtenção de empréstimos - Empréstimo ponte	0	248.497	905.376
6.03.03	Obtenção de empréstimos - Debêntures	0	1.064.730	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 09/02/2009 à 31/12/2009
6.03.04	Obtenção de empréstimos - BNDES	63.422	200.383	0
6.03.05	Obtenção de emprestimo de empresa do grupo Odebrecht	0	59.321	0
6.03.06	Aumento de capital social	30.000	264.435	198.619
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	91.431	12.128	8.183
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.311	8.183	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	111.742	20.311	8.183

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	526.799	0	0	-176.083	0	350.716
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	526.799	0	0	-176.083	0	350.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.000	0	0	68.425	0	98.425
5.04.01	Aumentos de Capital	30.000	0	0	68.425	0	98.425
5.07	Saldos Finais	556.799	0	0	-107.658	0	449.141

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	198.619	0	0	-100.226	0	98.393
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	198.619	0	0	-100.226	0	98.393
5.04	Transações de Capital com os Sócios	328.180	0	0	-75.857	0	252.323
5.04.01	Aumentos de Capital	347.986	0	0	-75.857	0	252.323
5.04.08	Capital social a integralizar	-19.806	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	526.799	0	0	-176.083	0	350.716

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 09/02/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	198.619	0	0	-100.226	0	98.393
5.04.01	Aumentos de Capital	208.813	0	0	0	0	0
5.04.08	Capital social a integralizar	-10.194	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	198.619	0	0	-100.226	0	98.393

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 09/02/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	588.761	694.234	246.295
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	411.184	354.473	129.434
7.01.02	Outras Receitas	177.577	339.761	116.861
7.01.02.01	Receita de Construção	168.100	338.267	116.529
7.01.02.02	Outras receitas	9.477	1.494	332
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-244.713	-426.502	-185.329
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-244.713	-426.502	-185.329
7.03	Valor Adicionado Bruto	344.048	267.732	60.966
7.04	Retenções	-27.016	-62.998	-36.127
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-27.016	-62.998	-36.127
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	317.032	204.734	24.839
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.142	3.456	1.144
7.06.02	Receitas Financeiras	7.111	3.449	1.140
7.06.03	Outros	31	7	4
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	324.174	208.190	25.983
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	324.174	208.190	25.983
7.08.01	Pessoal	33.797	22.488	5.479
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.101	16.543	3.718
7.08.01.02	Benefícios	5.714	4.406	1.446
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.982	1.539	315
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-13.375	33.999	12.442
7.08.02.01	Federais	-34.412	16.200	5.958
7.08.02.02	Estaduais	47	0	0
7.08.02.03	Municipais	20.990	17.799	6.484
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	235.327	227.560	108.288
7.08.03.01	Juros	218.595	222.890	106.460
7.08.03.02	Aluguéis	16.732	4.670	1.828
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	68.425	-75.857	-100.226
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	68.425	-75.857	-100.226

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

ROTA DAS BANDEIRAS – 2011

A Administração da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. “Concessionária”, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

1. Mensagem da Administração

No decorrer do exercício de 2011 a Concessionária Rota das Bandeiras realizou diversos projetos voltados para a melhoria na segurança, orientação e o conforto aos usuários da malha rodoviária administrada, bem como para as comunidades às margens das rodovias. O desempenho econômico-financeiro e o impacto de nossas ações poderão ser observados ao longo deste relatório, porém gostaríamos de ressaltar o valor intrínseco que os projetos têm para a Companhia.

Nossos principais projetos tiveram as ações orientadas para a redução de acidentes, orientações aos motoristas e pedestres, combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, entre outras. No início da concessão colocamos em prática o Plano de Redução de Acidentes e o Plano de Gestão de Riscos e a partir das informações obtidas de ambos os programas a Concessionária passou a realizar uma série de ações preventivas especialmente voltada às questões de segurança. O resultado das ações implementadas foi a redução nas ocorrências com vítimas fatais nas rodovias administradas pela Concessionária.

O ano de 2011 foi marcado por grandes realizações, investimos em tecnologia de ponta e na capacitação dos nossos profissionais para oferecer rodovias mais seguras e confortáveis através da operacionalização de um dos Centros de Controle Operacional mais modernos do país. Os usuários passaram a contar com novas bases de Atendimento ao Usuário, novas barreiras de proteção para ampliar a segurança, reforço e ampliação da sinalização vertical (placas) existente nos 297 km da malha viária e, para aperfeiçoar o atendimento no resgate de vítimas, realizamos treinamentos com as equipes de resgate.

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

A bem-sucedida operação de debêntures no mercado financeiro, realizada em 2010, rendeu neste ano à Concessionária o prêmio “*Latin America Transport Deal of the Year 2010*” concedido pela conceituada revista inglesa *Euromoney*. O prêmio reconhece empresas com sede na América Latina que se destacaram em operações de financiamento realizadas no ano passado.

Todas as nossas realizações neste ano de grandes turbulências no cenário internacional, devem-se ao empenho de nossos integrantes, aos apoios recebidos e parceria firmadas.

Agradecemos aos usuários, aos acionistas, aos colaboradores, ao Governo do Estado de São Paulo e à ARTESP, às instituições financeiras, à Polícia Militar Rodoviária e demais parceiros, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

2. Atividades da Companhia

Em abril de 2009, a Concessionária assumiu a operação e a administração, sob regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I, formado pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Concessionária é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A exploração pressupõe a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados pelo Poder Concedente, inclusive serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão dos serviços complementares.

Os trechos das rodovias administradas pela Companhia estão localizados na interligação entre a região da cidade de Campinas e o Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, que abrangem 17 municípios. As rodovias sob concessão são quase totalmente interligadas, permitindo o aproveitamento de sinergias operacionais.

O transporte de cargas no Brasil se caracteriza predominantemente pela via rodoviária e a região do Corredor Dom Pedro I se caracteriza pelo privilégio da multipluralidade de indústrias e seus diversos pólos econômicos geradores de grandes volumes de mercadorias e bens. A área de influência da região do Corredor abrange a Região Metropolitana de São Paulo, a região de Campinas, o Vale do Paraíba, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o Sul de Minas.

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011****3. Desempenho Econômico Financeiro**

As informações referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - International Financial Reporting Standards (IFRS) - emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

- 3.1 Receitas**

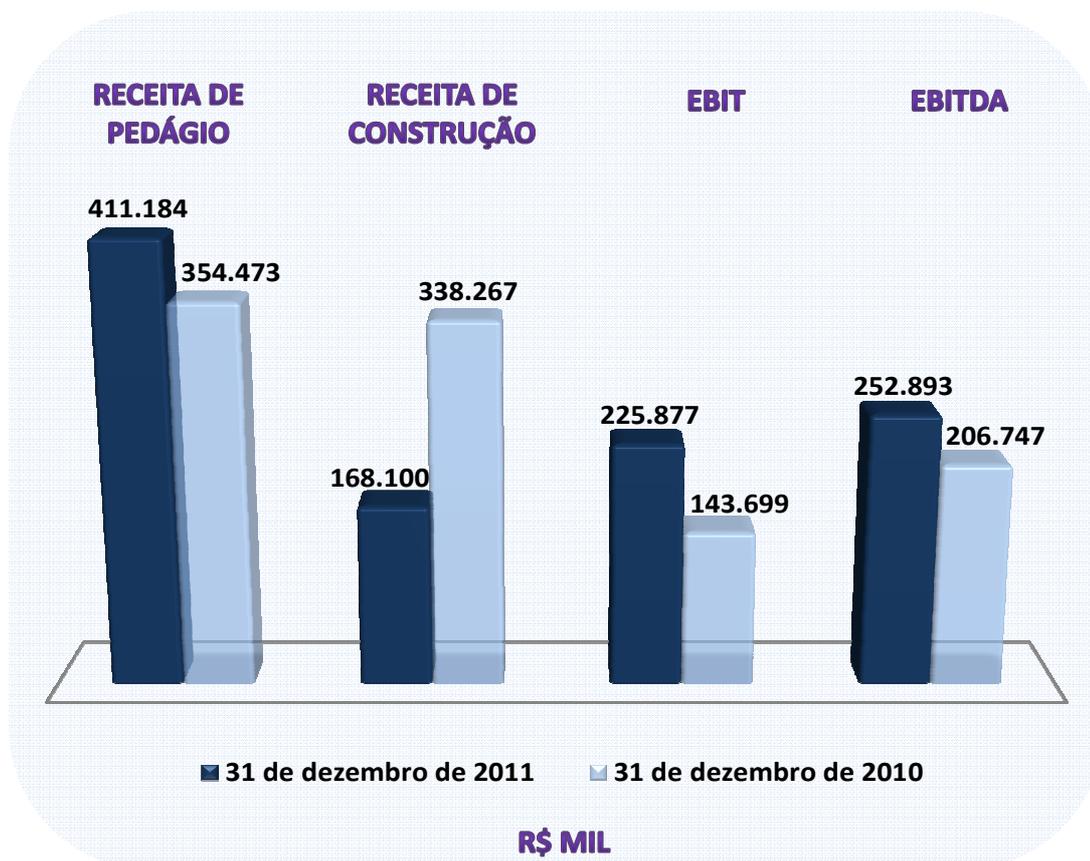
Em R\$ mil	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Receita Bruta	588.761	694.234
Receita de Pedágio	411.184	354.473
Receita de Construção	168.100	338.267
Outras Receitas	9.477	1.494
(-) Deduções da Receita Bruta	(36.769)	(30.800)
Receita Líquida	551.992	663.434
(-) Custos/despesas operacionais	(159.696)	(184.851)
(-) Custo de construção	(166.419)	(334.884)
EBIT	225.877	143.699
Margem EBIT	40,9%	21,7%
(+) Depreciação/amortização	27.016	62.998
EBITDA	252.893	206.697
Margem EBITDA	45,8%	31,2%

Em 2011 a Concessionária registrou receita bruta de R\$ 588.761 milhões representada por 69,8% de Receitas de Pedágio e 28,6% de Receitas de obras de infraestrutura.

As receitas de pedágios apresentaram crescimento de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento está atrelado ao crescimento no volume de veículos pedagiados nas rodovias administradas pela Companhia. Em 2011 a concessionária atingiu 79,2 milhões em veículos equivalentes gerando crescimento de 8,3% quando comparado aos 73,1 milhões de 2010.

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011**

A receita líquida atingiu em 2011 R\$ 551.992 milhões, R\$ 168.100 milhões de receita de obras de infraestrutura e R\$ 383.892 milhões de receita líquida de pedágio e acessórias.



- 3.2 Custos Operacionais e Despesas Administrativas**

Os custos operacionais e as despesas gerais e administrativas refletem os custos com manutenção e conservação da rodovia, gastos com pessoal, bem como a outorga variável da concessão e os custos de construção.

No ano de 2011 os custos operacionais e despesas administrativas consolidados apresentaram redução de 37,3% em relação ao ano anterior. A redução citada refere-se principalmente aos custos de construção, devido à postergação de investimentos em virtude das variações climáticas desfavoráveis, as interferências, atrasos no processo de liberação das licenças ambientais, entre outros.

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

• 3.3 Resultado Financeiro

Em 2011 a Concessionária registrou R\$ 211.499 mil de resultado financeiro negativo, alcançando redução de 3,6% em relação aos R\$ 219.402 mil de 2010. Essa redução foi reflexo do alongamento no perfil da dívida, com a liquidação do empréstimo ponte em 2010, emissão de debêntures e contratação de linha de crédito de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”).

A alta da inflação em 2011 ocasionou o aumento dos juros e correção monetária registrados em nosso resultado, pois a dívida da companhia está atrelada, considerando pelo saldo devedor 84,2% em IPCA e 15,8% em TJLP.

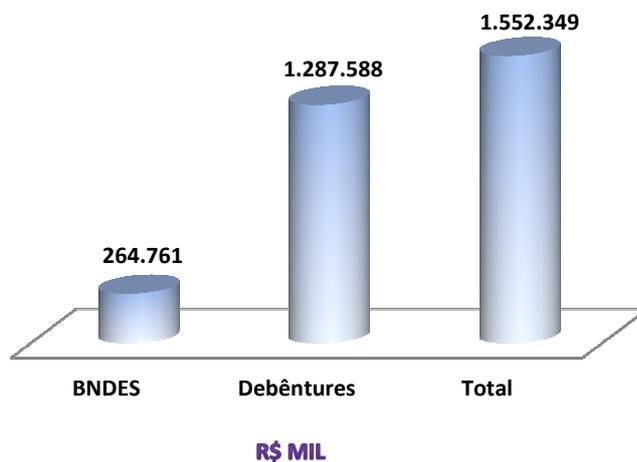
• 3.4 Endividamento

A Concessionária encerrou o ano de 2011 com endividamento de R\$ 1.552.349 mil, sendo R\$ 264.761 mil referentes ao contrato de financiamento e R\$ 1.287.588 mil em Debêntures. O endividamento apresentou crescimento de 14,4% quando comparado ao mesmo período de 2010 em virtude, principalmente, do aumento registrado no IPCA.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras), encerrou o ano de 2011 em R\$ 1.440.607 mil.

Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

ENDIVIDAMENTO BRUTO



Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

- **3.5 Investimentos**

Os investimentos realizados pela Concessionária no Corredor Dom Pedro I em 2011 representaram R\$ 168 milhões, despendidos integralmente na construção de instalações, pavimentações, conservação especial, equipamentos de pedágio, ampliações, melhorias, dentre outros.

Adicionalmente a Concessionária reforçou e ampliou a sinalização vertical e horizontal existentes nos 297 km da malha viária concessionada e implantou barreiras de proteção de concreto ao longo das rodovias nos trechos que possuem desnível superior a 2 metros.

Intangível em Infraestrutura

Após a adoção da ICPC 01, todo custo do investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão, passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado através da projeção de curva de tráfego limitado ao prazo final da respectiva concessão e a partir da data em que este está disponível para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

- **3.6 Gestão de Pessoas**

A Concessionária utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht – TEO, como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de auto desenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011**

Seguem abaixo informações referentes ao período de 2011:

Descrição	2011	2010
Número de Funcionários		
Diretos	633	574
Indiretos	1.034	934
Valores Investidos R,\$ mil		
Treinamento	181	145
Previdência	164	106

Menor Aprendiz

A Concessionária, em parceria com a Instituição Casa do Pequeno Trabalhador de Atibaia, por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho.

- **3.7 Governança Corporativa**

Na Concessionária Rota das Bandeiras o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento, a sobrevivência e a perpetuidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

A Concessionária, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração da Companhia é formado por, no mínimo, dois membros com experiência em finanças para conduzir os temas referentes aos aspectos contábeis, além dos referentes à gestão financeira do negócio;

- Formado por membros independentes da Administração da Companhia;

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

- Com regimento referente a periodicidade de reuniões;
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio (Executivo principal).

Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Completa independência dos auditores no intuito de se evitar conflito de interesses;
- Adoção dos princípios de contabilidade conforme normas internacionais e as vigentes no Brasil;
- Documento de recomendação dos auditores analisado pelos membros do Conselho de Administração e demais executivos da organização para fins de adoção das medidas propostas.

Conduta e Código de Ética

- Existência de Código de Ética da Organização Odebrecht, aprovado e divulgado para todos os negócios do Grupo, e, conseqüentemente todos seus integrantes.

Transparência e Gestão

- Existência de website da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das informações e resultados da empresa;
- Divulgação de forma tempestiva das informações trimestrais e anuais do negócio;
- Utilização de práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

• 3.8 Responsabilidade Social

Em 2011, com objetivo de reduzir acidentes, gerar conforto e informações aos usuários das rodovias administradas, a Concessionária realizou campanhas importantes como: Campanha do Agasalho, Por cima do risco, Prevenção à Dengue, Parada Legal, Educação no Trânsito, Programa na Mão Certa, Campanha de Meio Ambiente, Prevenção à Hepatite C, Exposição dos Circuitos das Frutas.

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

Destacamos abaixo as principais Campanhas neste 4º Trimestre de 2011:

Parada Legal

Em dezembro de 2011, a Concessionária realizou uma edição da campanha “Parada Legal”, cujo público alvo foi motociclistas e motoristas de veículos de passeio, visando conscientizar e oferecer serviços especiais para ampliar a segurança e conforto no dia a dia de seus usuários.

Na edição de Veículos de Passeio foram abordados temas como: Importância da revisão veicular, uso do cinto de segurança, uso da cadeirinha de acordo com a idade da criança, respeito ao limite de velocidade, não ingestão de bebida alcoólica ao dirigir. Foram oferecidos também serviços de: verificação de fluido de freios, teste de faróis, teste de baterias e faróis e calibragem e inspeção dos pneus. Para os motociclistas, usuários das rodovias, os serviços oferecidos foram: inspeção do sistema de freio, inspeção na relação com regulagem de corrente, verificação nos pneus, troca de lanternas, além de temas abordados sobre o uso dos equipamentos de segurança, respeito ao limite de velocidade e sinalização e a importância de não ingerir bebidas alcólicas ao dirigir.

Programa na Mão Certa

Em parceria com a ONG Childhood Brasil (Instituto WCF-Brasil), a Companhia desenvolve ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na rodovia e também na sua cadeia de negócios. A Companhia realiza campanhas educativas junto ao público interno e usuários das rodovias com intuito de torná-los agentes de proteção. Paralelo a estas ações a Companhia apóia o município de Cosmópolis no desenvolvimento de um projeto que visa à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, objetivando acabar com a exploração sexual existente no local e reduzir assim com o número de gravidez na adolescência.

Exposição Circuito das Frutas

Divulgação dos roteiros turísticos do interior de São Paulo onde são plantadas frutas, como morango, caqui, pêssago, uva, entre outras. Grande parte das cidades que trabalham com o plantio estão localizadas no trecho sob administração da Concessionária. Sendo este apoio também uma forma de fomentar o tráfego na região.

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011**

- **3.9 Outras Informações Contábeis**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 556.799.050 da OTPP e 1 ação ordinária subscrita e integralizada pela OPI.

Em R\$ mil	2011	2010
Patrimônio Líquido	449.141	350.716
Ativo Total	2.055.980	1.748.960
Receita Líquida	551.992	663.434
Resultado Bruto	268.806	171.870
Resultado Líquido	68.425	(75.857)
Número de Ações integralizadas	556.799	526.799
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	0,8	0,7
Resultado Líquido por Ação (R\$)	0,1	(0,1)

- **3.10 Ações Ambientais**

A Concessionária Rota das Bandeiras reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável dos 17 municípios que formam sua malha viária investindo fortemente na preservação e na recuperação ambiental da região.

A cada intervenção para a execução de algum tipo de melhoria nas rodovias é realizado um significativo e criterioso trabalho de compensação ambiental, com o objetivo de garantir o desenvolvimento social e econômico sustentável da região. Entre as principais ações, está a distribuição de sementes e mudas de árvores nas praças de pedágios, para cada árvore nativa afetada pelas obras de ampliação das rodovias, outras 25 mudas são plantadas, como medida de compensação. Já foram plantadas 55.000 e doadas 27.125 mudas nos municípios que fazem parte do Corredor Dom Pedro I.

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

- **3.11 Considerações Finais**

As informações financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Conselho de Administração

Conselheiros: Juliane Pfeiffer Marinho
Marcelo Felberg
Irineu Berardi Meireles
Júlio Perdigão

Diretoria Executiva

Diretores: José Ricardo Mega Rocha
Luiz Cesar Lindgren Costa
Jurandir Barrocal Neto

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Rota das Bandeiras” ou “Companhia”) foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), de 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km e poderá ser acrescido da construção de 20 km adicionais, totalizando 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia obteve o registro de Companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da publicação do Ofício CVM nº 16/2010.

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados:

(a) Concessões públicas

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
Exploração do Sistema Rodoviário, que consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.	30 anos	Estado de São Paulo

A Companhia assumiu os seguintes e principais compromissos decorrentes do Contrato de Concessão:

- . No Corredor Dom Pedro I:
- . Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários e postos da Polícia Militar Rodoviária;
- . Reforma da praça de pedágio de Itatiba;
- . Demolição da praça de pedágio de Nazaré Paulista;
- . Construção das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Jundiá, Louveira e Paulínia;
- . Implantação e melhorias de acessos, marginais, vias perimetrais, faixas adicionais, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestres, dispositivos de entroncamentos e readequação das interseções;

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- . Duplicação de rodovia, retificação de traçado e implantação de retornos em nível e desnível; e
- . Alargamento de obras de arte especiais e construção de viadutos.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

(b) Clientes privados

Objeto do contrato	Prazo	Cliente
Contrato de Engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhoria do corredor Dom Pedro I.	abr/15	Construtora Norberto Odebrecht ("CNO")

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 19 de março de 2012.

Reestruturação societária

Em linha com a definição estratégica da Organização Odebrecht de segregar suas áreas específicas de negócios, em 30 de junho de 2010, objetivando-se a segregação dos negócios de transporte e logística, após processo de reestruturação societária, a Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP") passou a deter 99,99% do capital social da Companhia, tendo a Odebrecht TransPort S.A. ("OTP") e a Odebrecht S.A. ("ODB"), respectivamente, como controladores indiretos da Companhia.

Equalização do capital circulante

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 37.452, resultante principalmente do reconhecimento no passivo circulante das obrigações atreladas ao empréstimo liberado pelo BNDES e de Debêntures emitidas, ambos para formação do ativo intangível relativo à infraestrutura da rodovia (Nota 11).

A Companhia tem como objetivo administrar seu capital de forma a salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, visando à retomada e manutenção do grau de investimento. Para garantir essa prática, adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A Companhia entende que proverá recursos suficientes para liquidar seus compromissos de curto e longo prazo, tendo como base o forte potencial de geração de caixa, inerente aos negócios de concessão de rodovias.

Baseados nas projeções financeiras da Companhia, o capital circulante líquido encontrará o equilíbrio e se tornará positivo com a redução da necessidade de utilização dos recursos provenientes das atividades operacionais na realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I, em função de novas liberações da linha de créditos contratadas com o BNDES (Nota 11(a) e Nota (21)), bem como em virtude da liquidação de suas obrigações com fornecedores de curto prazo.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de tráfego, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e conforme as normas internacionais de relatório financeiro os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*).

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Em 31 de dezembro de 2011, compreendem as "Contas a receber", "Outros ativos" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 7 e 8).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de hedge.

(c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

(d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

(e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(h) Ativos intangíveis

(I) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas pode vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde diferentes pressupostos e estimativas e alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e, portanto, ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(II) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 10.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(III) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados, pela curva de tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (Nota 10). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de tráfego base no prazo da concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 8% a.a., taxa essa estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% ao ano e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando R\$ 1.224 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 700 em 31 de dezembro de 2010).

(j) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(k) Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(l) Empréstimos e Debêntures**

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), com base na taxa efetiva.

(m) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

(n) Reconhecimento de receita**Receita de serviço**

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Receita de construção

As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2011	2010	2011	2010	2011	2010
168.100	338.267	(166.419)	(334.884)	1.681	3.383
168.100	338.267	(166.419)	(334.884)	1.681	3.383

(o) Regime Tributário de Transição – RTT

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e, a partir do ano-calendário de 2010, obrigatório para as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real. Assim, considerando que nenhuma legislação disciplinando os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis foi editada, a Companhia permanece adotando os preceitos do RTT, quais sejam, de eliminar, para fins fiscais, os efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se, para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

(p) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a ODEPREV - Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 montaram a R\$ 164, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 montaram a R\$106.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados.

(q) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.953.

2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também não foram adotadas pela Companhia.

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.4 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, com base nas novas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes, foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Em 31 de dezembro de 2011, foi reconhecido imposto de renda diferido ativo sobre os prejuízos fiscais, contribuição social diferida sobre bases negativas e adições temporárias, baseados nas projeções de resultados tributáveis futuros (Nota 18).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos será revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda.

(d) Reconhecimento de Receita

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia, para as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, estimou como base para amortização do contrato de concessão, um modelo linear em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia passou a reconhecer o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(d) Exposição a riscos de taxas de juros**

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP e do índice de inflação IPCA, principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas a seguir*:

Indicador	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	6,0%	5,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
IPCA	5,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%			

* Fonte: Projeção Banco Santander - 02/jan/2012

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP *	5,11%	6,38%	7,66%
IPCA **	4,32%	5,40%	6,48%

* Refere-se à média aritmética da projeção de 2012 a 2025 das taxas de TJLP apresentada acima.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

** Refere-se à média aritmética da projeção de 2012 a 2022 dos índices de IPCA apresentada acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer (R\$ mil)		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Financiamento BNDES	abr/25	Alta na TJLP	101.329	117.992	134.469

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer (R\$ mil)		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/22	Alta no IPCA	1.680.660	1.853.514	2.037.925
Financiamento BNDES	mai/22	Alta no IPCA	25.788	28.932	32.318

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(e) Exposição a riscos de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, com classificação atual de Aaa pela agência Moody's Investors Service, Inc.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$ 16.978 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 19.314), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destas contas a receber, por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

(f) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

4.1 Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim sumariados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 11)	1.552.349	1.356.860
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(111.742)</u>	<u>(20.311)</u>
Dívida líquida	<u>1.440.607</u>	<u>1.336.549</u>
Total do patrimônio líquido	<u>449.141</u>	<u>350.716</u>
Total do capital	<u>1.889.748</u>	<u>1.687.265</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>76</u>	<u>79</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****4.2 Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	2011		2010
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber e demais contas a receber	26.622	23.034	23.034
Ativo financeiro mensurados a valor justo através do resultado		7.230	7.230
Caixa e equivalentes de caixa	111.742	20.311	20.311
	<u>138.364</u>	<u>43.345</u>	<u>50.575</u>

	2011		2010
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e debêntures	1.552.349	1.356.861	1.356.861
Fornecedores e outras obrigações	21.124	39.742	39.742
	<u>1.573.473</u>	<u>1.396.603</u>	<u>1.396.603</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2011	2010
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
CGMP	16.978	19.314
Outros	3.129	2.031
Total de contas a receber	20.107	21.345
Caixa e equivalentes de caixa		
Contra partes com classificação externa de crédito (<i>Standard & Price</i>)		
Banco do Brasil	6.637	3.570
Banco Itaú	33.868	
Banco Santander	1.912	14.710
Banco Votorantim	66.865	
Banco Bradesco	11	2
	109.293	18.282
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa Geral	327	444
Numerário em Trânsito	1.759	1.290
Fundo de Troco	363	295
	2.449	2.029
Total de caixa e equivalentes de caixa	111.742	20.311
Aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito (<i>Standard & Price</i>)		
Banco do Brasil		7.230
Total de aplicações financeiras		7.230

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa geral	327	444
Bancos conta movimento	6.927	4.486
Numerário em trânsito (i)	1.759	1.290
Fundo de troco	363	295
Aplicações financeiras (ii)	102.366	13.796
	111.742	20.311

(h) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do ano correspondente.

(ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e remuneradas a taxas que variam entre 99% e 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento	16.978	19.314
DBTRANS Ltda.	1.797	1.382
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	980	623
Outras contas	<u>352</u>	<u>26</u>
	<u>20.107</u>	<u>21.345</u>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

9 Imobilizado**(i) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	
Máquinas e equipamentos	20	1.153	(280)	873	894
Móveis e utensílios	20	66	(8)	58	12
		<u>1.219</u>	<u>(288)</u>	<u>931</u>	<u>906</u>

(ii) Movimentação

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo no início do exercício	906	
(+) Adições	244	975
(-) Depreciação	<u>(219)</u>	<u>(69)</u>
Saldo no final do exercício	<u>931</u>	<u>906</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****10 Intangível****(i) Composição**

			2011	2010
	Custo	Amortização Acumulada		Líquido
Intangível em infraestrutura (a)				
Edifícios e instalações	209.906	(7.439)	202.467	176.630
Pavimentações e conservação especial	214.939	(12.861)	202.078	146.802
Hardware equipamentos de pedágio	55.129	(5.803)	49.326	39.902
Demais melhorias e aplicações	30.002	(794)	29.208	39.108
Desapropriações	872	(632)	240	22.338
Máquinas e equipamentos	1.204	(67)	1.137	768
Móveis e utensílios	335	(36)	299	173
Veículos	2.411	(24)	2.387	
Meio ambiente e elementos de segurança	16.540	(447)	16.093	
Obras em andamento	91.557		91.557	8.038
	<u>622.895</u>	<u>(28.103)</u>	<u>594.792</u>	<u>433.759</u>
Outros intangíveis (b)				
Direito de Outorga da concessão	1.337.238	(97.680)	1.239.558	1.259.233
Softwares adquiridos de terceiros	240	(68)	172	96
	<u>1.337.478</u>	<u>(97.748)</u>	<u>1.239.730</u>	<u>1.259.329</u>
	<u>1.960.373</u>	<u>(125.851)</u>	<u>1.834.522</u>	<u>1.693.088</u>

(a) Intangível - Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção de tráfego (Nota 3 (e)) visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

O montante do custo está majorado pela margem de construção de 1%, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01. Do montante total do Intangível em Infraestrutura, R\$ 200.000 foram financiados integralmente por capital próprio.

(b) Outros intangíveis

Refere-se, principalmente, ao direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva tráfego (Nota 3 (e)) limitado ao tempo do contrato. Este montante foi ajustado a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% ao ano.

Esses contratos representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido em cada contrato.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A revisão e o reajuste das tarifas de pedágio têm como base o IPCA acumulado nos doze meses anteriores, tendo como referência o mês de maio do mesmo ano.

(ii) Movimentação

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Intangível Infraestrutura		
Saldo no início do exercício	433.759	113.833
(+) Adições	168.100	338.267
(-) Amortização (*)	<u>(7.067)</u>	<u>(18.341)</u>
	594.792	433.759
Outros intangíveis		
Saldo no início do exercício	1.259.329	1.303.807
(+) Adições	130	110
(-) Amortização (*)	<u>(19.729)</u>	<u>(44.588)</u>
	<u>1.239.730</u>	<u>1.259.329</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>1.834.522</u></u>	<u><u>1.693.088</u></u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foram reconhecidas no resultado através da projeção de curva de tráfego (Nota 3 (e)) estimada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (2010 – amortização pelo método linear) .

11 Empréstimos e Debêntures

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empréstimo BNDES	R\$	TJLP + 2,32%	246.524	208.441
Empréstimo BNDES	R\$	IPCA + 9,6%	22.802	
Debêntures	R\$	IPCA + 9,57%	1.317.740	1.186.983
Custos a amortizar	R\$		<u>(34.717)</u>	<u>(38.564)</u>
			1.552.349	1.356.860
Menos				
Passivo circulante				
Empréstimo BNDES			17.807	5.773
Debêntures			<u>129.974</u>	<u>24.857</u>
Passivo circulante			(147.781)	(30.630)
Passivo não circulante			<u>1.404.568</u>	<u>1.326.230</u>
			<u><u>1.552.349</u></u>	<u><u>1.356.860</u></u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(a) BNDES**

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a., e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a.

A composição das liberações da operação do empréstimo junto ao BNDES em 31 de dezembro de 2011 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	2011	2010
ago/10	175.364	(*)	TJLP + 2,32%	178.388	178.388
dez/10	30.000	abr/21	TJLP + 2,32%	30.511	30.053
mar/11	34.103	abr/21	TJLP + 2,32%	34.697	
out/11	13.963	mai/22	IPCA + 9,60%	14.405	
out/11	3.616	abr/23	TJLP + 2,32%	3.669	
out/11	3.371	abr/21	TJLP + 2,32%	3.323	
out/11	632	abr/23	TJLP + 2,32%	641	
nov/11	8.238	mai/22	IPCA + 9,60%	8.398	

(*) O montante de R\$ 175.364 liberado em agosto de 2010 tem os seguintes vencimentos: R\$ 22.222 em abril/23, R\$ 4.217 em abril/25 e o restante de R\$ 148.925 em abril/21.

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

A Companhia realizou, em 15 de junho de 2010, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 1.100.000, cuja liquidação financeira ocorreu em 30 de julho de 2010.

A composição da operação da escrituração de debêntures aberto em 31 de dezembro de 2011 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	2011	2010
junho-10	1º série	550.000	janeiro-22	IPCA + 9,57%	691.580	593.491
junho-10	2º série	550.000	julho-22	IPCA + 9,57%	626.160	593.492
					1.317.740	1.186.983

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
		15 de julho de 2012	3,00%
15 de janeiro de 2013	3,00%	15 de julho de 2013	3,00%
15 de janeiro de 2014	3,00%	15 de julho de 2014	3,00%
15 de janeiro de 2015	5,00%	15 de julho de 2015	5,00%
15 de janeiro de 2016	7,00%	15 de julho de 2016	7,00%
15 de janeiro de 2017	8,50%	15 de julho de 2017	8,50%
16 de janeiro de 2018	11,00%	15 de julho de 2018	11,00%
17 de janeiro de 2019	13,00%	15 de julho de 2019	13,00%
18 de janeiro de 2020	16,50%	15 de julho de 2020	16,50%
19 de janeiro de 2021	17,00%	15 de julho de 2021	17,00%
19 de janeiro de 2022	16,00%	15 de julho de 2022	13,00%

(i) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado

(ii) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado

O montante captado na operação das debêntures foi utilizado para a liquidação do empréstimo ponte, ocorrida em 30 de julho de 2010.

(c) Prazo de vencimento

O montante das operações das debêntures e BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2011	2010
2012		62.696
2013	43.279	51.208
2014	53.707	51.263
2015	73.858	73.968
2016	94.397	96.761
2017	109.665	113.991
2018	135.051	142.641
2019	155.580	165.785
2020	108.875	112.855
2021 em diante	630.156	455.062
	1.404.568	1.326.230

(d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

			2011	2010
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do exercício	33.879	4.685	38.564	40.249
(-) Amortizações	(3.727)	(120)	(3.847)	(1.685)
Saldo no final do exercício	<u>30.152</u>	<u>4.565</u>	<u>34.717</u>	<u>38.564</u>

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2012	3.538	782	4.320
2013	3.593	745	4.338
2014	3.648	674	4.322
2015	3.643	587	4.230
2016	3.543	504	4.047
2017	3.349	419	3.768
2018	3.030	333	3.363
2019	2.569	250	2.819
2020	1.901	158	2.059
2021 em diante	1.338	113	1.451
	<u>30.152</u>	<u>4.565</u>	<u>34.717</u>

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos nos contratos de empréstimo:

- . Limitação para realização de transferência de ações, excetuando-se qualquer transferência na qual as sociedades sucessoras sejam direta ou indiretamente da Organização Odebrecht;
- . Alienação de quaisquer equipamentos ou outros bens, sem a anuência expressa dos credores, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “leasing operacional”, em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$10.000 (dez milhões de reais)); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; ou (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão;

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- . Limitação para contratar empréstimos ou financiamentos em montante superior ao equivalente de um faturamento mensal;
- . Manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada trimestre;
- . Abster-se de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio com o índice de cobertura de serviço da dívida abaixo de 1,30;
- . Manter uma relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Financeiro não inferior a 0,2 (dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento e apurado ao final de cada exercício social;
- . Manter Conta Reserva de Serviço da Dívida ou contratar Carta Fiança emitida por instituição de primeira linha, a qual deverá conter o montante equivalente aos recursos necessários para o pagamento das próximas seis prestações do serviço da dívida;
- . Manter Conta Reserva de O & M ou contratar Carta Fiança emitida por instituição de primeira linha, a qual deverá conter o montante equivalente ao custo operacional por um período de três meses, a serem estimados com base naquilo que foi gasto pela Companhia nos três meses anteriores.

As cláusulas restritivas vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia.

12 Saldos e transações com partes relacionadas**(i) Composição**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Passivo circulante	Transações
	Fornecedores	Serviços prestados
CNO	83	378.175
Em 31 de dezembro de 2011	<u>83</u>	<u>378.175</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>13.131</u>	<u>289.077</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2 de abril de 2009, a Companhia firmou Contrato de Engenharia com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNOB") antiga OSEC, Empresa do grupo Odebrecht, para fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

Em 1º de outubro de 2009, a CRB cedeu à CNO, de forma irrevogável, todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de Engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

(ii) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, totalizou os montantes de R\$ 2.067 e R\$2.510, respectivamente.

13 Contingências

A Companhia é parte envolvida em expedientes trabalhistas, cíveis e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes desses processos em virtude de não ser provável a ocorrência de uma saída de recursos.

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 875.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 25 de janeiro de 2010, a Companhia emitiu 27.186.694 novas ações, totalmente subscritas, sendo 13.593.347 ações ordinárias e 13.593.347 ações preferenciais, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 23 de abril de 2010, a Companhia emitiu 57.054.000 novas ações, totalmente subscritas, sendo 28.527.000 ações ordinárias e 28.527.000 ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 27 de outubro de 2010, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 263.745, passando de R\$ 293.054 para R\$ 556.799, mediante a emissão de 131.872.525 novas ações ordinárias e 131.872.525 novas ações preferenciais emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, sendo o capital subscrito pela OTPP e integralizado no total de R\$ 233.745, da seguinte forma: (i) o montante de R\$ 170.000 através de aporte, (ii) R\$ 63.745 mediante capitalização de crédito detido pela OTPP contra a Companhia. O saldo remanescente de R\$ 30.000, foi integralizado em 27 de abril de 2011. O montante de R\$ 200.000 foi totalmente destinado a investimento em infraestrutura.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 556.799.050 da OTPP e 1 ação ordinária subscrita e integralizada pela OPI.

15 Receita

	2011	2010
Receita de obra de infra-estrutura (i)	168.100	338.267
Receita de operação		
Receitas em numerário	135.544	129.512
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	238.389	191.995
Receitas de vale pedágio (iii)	37.251	32.966
Outras receitas	9.477	1.494
	<u>420.661</u>	<u>355.967</u>
Tributos sobre serviços de operação	<u>(36.769)</u>	<u>(30.800)</u>
	<u>551.992</u>	<u>663.434</u>

- (i) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, um montante de R\$ 168.100 (31 de dezembro de 2010 R\$ 338.267) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Na apuração do valor justo da sua contra prestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada (CGMP).
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****16 Custos dos serviços**

Os custos dos serviços prestados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo de operação		
Amortização do direito de outorga	(19.674)	(44.575)
Depreciação, amortização do intangível	(7.341)	(18.473)
Provisão de conserva especial	(424)	(381)
Gerenciamento e manutenção e conservação da Rodovia	(22.897)	(27.427)
Salários	(14.898)	(12.983)
Outorga variável	(12.621)	(10.679)
Gastos Gerais	(18.412)	(9.993)
Serviços de terceiros	(7.263)	(8.764)
Seguros	(6.482)	(12.185)
Atendimento pré hospitalar	(2.672)	(5.004)
Guincho	(1.426)	(3.824)
Materiais	(2.657)	(2.392)
	<u>(116.767)</u>	<u>(156.680)</u>
Custos de obra de infraestrutura		
Custo de Obra de Infraestrutura	(166.419)	(334.884)
	<u>(166.419)</u>	<u>(334.884)</u>
	<u>(283.186)</u>	<u>(491.564)</u>

17 Resultado financeiro, líquido

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(216.289)	(170.851)
Encargos financeiros pela aquisição da concessão		(22.385)
IOF sobre empréstimos tomados	(1)	(10.757)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(2.019)	(18.781)
Outras	(301)	(77)
	<u>(218.610)</u>	<u>(222.851)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	7.111	3.449
	<u>(211.499)</u>	<u>(219.402)</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****18 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro****(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo - não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	75.772	
Amortização da Outorga	1.619	1.524
Outras diferenças temporárias	<u>335</u>	<u>305</u>
Total (i)	<u><u>77.726</u></u>	<u><u>1.829</u></u>
Passivo - não circulante		
Amortização do Intangível (curva do tráfego)	12.430	(62)
Margem de construção	2.118	1.150
Outras diferenças temporárias	<u>8.243</u>	<u>(147)</u>
Total	<u><u>22.791</u></u>	<u><u>941</u></u>

A variação líquida do exercício de 2011 relativa aos impostos diferidos, totalizou R\$ 54.047.

- (i) A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	<u>Compensação</u>
2013	3.445
2014	7.261
2015	13.998
2016	22.721
2017 em diante	<u>30.301</u>
Total	<u><u>77.726</u></u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2011		2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição social	14.378	14.378	(75.703)	(75.703)
Ajustes:				
Adições permanentes	497	141	331	197
Adições temporárias	449	449	2.315	2.315
Exclusões permanentes				
Exclusões temporárias	(63.521)	(63.521)	(2.776)	(2.776)
Lucro Real (prejuízo fiscal) antes da compensação dos prejuízos fiscais e base negativa	(48.197)	(48.553)	(75.833)	(75.967)

19 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2011, foram contratados junto ao Itaú S.A., e através da Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda. ("OCS"), tendo a ARTESP como favorecida, os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Risco de Engenharia	30/04/2012	7.521
Risco de Engenharia	29/06/2012	7.521
Responsabilidade Civil	01/07/2012	58.860
Responsabilidade Civil	01/06/2012	40.000
Seguro de Rodovia	30/06/2012	298.348
Garantia de Concessões Publicas	30/06/2012	190.126
Garantia de Concessões Publicas	30/06/2012	129.826
Riscos Operacionais	30/06/2012	40.000
Seguro de Veículo	26/09/2012	*
Risco de Engenharia	30/04/2013	12.521

(*) Limite máximo de cobertura de terceiros R\$ 100 por veículo e danos causados no próprio 100% da Tabela FIPE

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****20 Lucro por ação****(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	68.425	(75.857)
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	34.213	(37.929)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>273.632</u>	<u>139.786</u>
Lucro básico por ação	<u>125,03</u>	<u>(0,27)</u>

(b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

21 Eventos subsequentes

Em 22 de fevereiro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 49.945 referente aditamento do contrato de financiamento celebrado em 14 de julho de 2010 junto ao BNDES.

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 37.452 mil. Os planos da administração da Companhia relacionados à equalização da situação de capital circulante líquido negativo estão também apresentados na Nota 1. Até que o volume das operações seja suficiente para gerar fluxos positivos de caixa e que a administração concretize com êxito seus planos, a Companhia dependerá de recursos financeiros provenientes de seus acionistas ou de terceiros para a liquidação de suas obrigações correntes. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração
do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para

companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 19 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers Felipe Edmond Ayoub
Auditores Independentes Contador CRC 1SP187402/O-4
CRC 2SP000160/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Itatiba, 19 de março de 2012.

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Jurandir Barrocal Neto
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Itatiba, 19 de março de 2012.

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Jurandir Barrocal Neto
Diretor